

Recensões

Aragón, Luis E. (2013), *Amazônia: conhecer para desenvolver e conservar. Cinco temas para um debate*. São Paulo: Hucitec Editoria, 324 pp.

Neste livro discutem-se cinco questões, cada uma num capítulo, com o propósito de incitar debates sobre os grandes desafios ambientais, sociais e econômicos que envolvem o desenvolvimento da Amazônia: 1. Amazônia, conceito polissêmico?; 2. Amazônia vazia demográfico?; 3. Amazônia, terra incógnita?; 4. Migração internacional, nova descoberta da Amazônia?; 5. Há futuro para o desenvolvimento sustentável na Amazônia? Esses questionamentos, argumenta o autor, “alicerçam-se na premissa de que o conhecimento da região é condição essencial para alcançar o desenvolvimento socialmente incluyente, ecologicamente sustentável e economicamente sustentado” (p. 286).

Na discussão dessas questões vários temas são tratados, destacando-se: a conservação da biodiversidade, o desmatamento, os povos tradicionais, a socioeconomia, a demografia, a energia, a mineração, a água, a cooperação internacional e a migração. Analisar a formação histórica da Amazônia, uma região extremamente heterogênea de mais de 7,5 milhões de quilômetros quadrados e mais de 35 milhões de pessoas, compartilhada por nove países (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e França/Guiana Francesa) não é nada fácil. Contudo, o autor consegue superar entre outras limitações a falta de dados padronizados, a diversidade de definições, os diferentes interesses políticos e econômicos com que é vista a região pelos diversos países e os períodos divergentes que acompanham a história de cada país.

O primeiro capítulo, “Amazônia, conceito polissêmico?”, aborda a invenção e reinvenção da Amazônia conforme as circunstâncias e os interesses que ela desperta. Analisam-se as controvérsias relacionadas com as diferentes formas de definir fisicamente a Amazônia, discute-se a Amazônia como uma área de intervenção, e debate-se a visão da Amazônia como uma marca para fidelizar consumidores. Conclui-se que a Amazônia converteu-se, por isso, num conceito polissêmico com múltiplos significados que servem propósitos diversos. O segundo capítulo trata da questão: “Amazônia, vazia demográfico?”. Para o autor, “o mito do vazio amazônico é a visão do conquistador, que vê a região como uma terra de ninguém e sem ninguém, pronta para ser ocupada e apropriada” (p. 54). Essa visão permite a negação do homem amazônico e de sua cultura; o homem torna-se invisível, e, portanto, nada ou pouco representa. O atraso que vive a Amazônia em relação às outras regiões dos países que têm territórios na região é reflexo dessa concepção, que considera a região como a grande reserva de recursos naturais para alavancar o progresso dos países, sem dar valor ou potenciação ao conhecimento, às práticas, e às capacidades ali presentes.

Conclui-se que na Amazônia se processa uma intensa dinâmica demográfica onde se vivem piores condições de vida em relação aos respectivos países, fruto da exploração da região como simples fornecedora de matérias-primas, do pouco atendimento às necessidades de sua população,

e da percepção da região como válvula de escape dos problemas nacionais.

O terceiro capítulo é o mais extenso. Discute-se a questão: “Amazônia, terra incógnita?”. De forma metafórica, o autor utiliza esse termo para analisar a história da Amazônia a partir do contato europeu e suas principais transformações demográficas e espaciais ocorridas em cada país. Aragón buscou demonstrar que a região sempre foi vista como área de exploração e de ocupação, que era necessário integrar ao domínio das potências ou países que a disputaram, desconhecendo-se suas próprias potencialidades de desenvolvimento. E que ela é ainda vista como uma área distante, uma fronteira de recursos, um Eldorado, cujas riquezas fabulosas estariam à espera de sua exploração. E que sobre esse mito baseiam-se as políticas de desenvolvimento, resultando em constantes conflitos violentos.

O quarto capítulo, “Migração internacional, nova descoberta da Amazônia?”, revela a importância que a migração internacional vem desempenhando na região nos últimos anos. A visibilidade que alcançou a Amazônia em nível global, a abertura de rotas de trânsito integrando fisicamente toda a América do Sul, a abertura das riquezas da região ao mercado mundial, o fomento ao turismo ecológico, e o próprio processo de globalização permitem ver a relevância da migração internacional no futuro da região. E já se conseguem perceber importantes processos relacionados com a migração internacional na região que demandam tratamento urgente, como, por exemplo, a fuga de capital humano que assola a Guiana e o Suriname; a migração de garimpeiros às Guianas; o tráfico internacional de seres humanos e redes de prostituição que circulam na Amazônia; o surgimento de novos fluxos, como o dos haitianos, e a mobilidade transfronteiriça com pouca fiscalização. E também os

impactos econômicos e sociais das remessas do exterior; a herança deixada por imigrantes europeus, japoneses e de outras nacionalidades que hoje representa importante fator de desenvolvimento econômico, social e cultural da região; e o surgimento da Guiana Francesa como polo de atração, por sua condição de território europeu na região. Nesse sentido, o tocante à livre mobilidade de mão de obra no contexto de blocos regionais merece atenção especial, pouco abordada por Aragón. Sendo a Guiana e o Suriname membros da Comunidade Caribenha (CARICOM), e outros países amazônicos membros do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), esse fenômeno pode tornar-se crucial na redistribuição da mão de obra na região. A livre circulação de mão de obra pode afetar negativamente as regiões mais pobres, pelo aumento da emigração, sobretudo dos mais preparados, como é demonstrado no caso da Guiana e do Suriname.

Por último, o quinto capítulo expõe a pergunta “Há futuro para o desenvolvimento sustentável na Amazônia?”. Discutem-se aqui as grandes problemáticas abordadas nos mais importantes foros mundiais que atingem a Amazônia, destacando-se o uso da água, as novas fontes de energia, o desmatamento, as áreas protegidas, a cooperação e a integração regional, e a capacidade científica regional, analisando-se os grandes desafios e oportunidades que tais problemáticas representam na busca do desenvolvimento sustentável na região.

Finalmente, o livro de Aragón representa uma obra informativa e instigante que deixa em aberto, como era seu objetivo, muitas perguntas sem resposta, para que o leitor faça sua avaliação e busque suas próprias respostas. E deixa um recado: “torna-se necessário reinventar a Amazônia num contexto novo, começando pelo

conhecimento de sua realidade no atual contexto internacional, suas transformações ao longo da história e seu papel relevante na geopolítica ambiental e econômica do mundo contemporâneo, sem esquecer as

pessoas, as comunidades, a gente que habita a região, com sua cultura, organização social e conhecimentos.” (p. 53).

Hisakbana Paboona Corbin

Emmi, Marília Ferreira (2013), *Um século de imigrações internacionais na Amazônia brasileira (1850-1950)*. Belém: Editora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, 251 pp.

Durante o ciclo da exploração da borracha, que se estende desde meados do século XIX até às primeiras décadas do século XX, a Amazônia foi destino de grupos populacionais originários de diversos continentes e países. As riquezas decorrentes da economia da borracha atraíram, temporária ou definitivamente, os diferentes fluxos migratórios.

O censo brasileiro de 1872 registra 8728 estrangeiros nos estados do Pará (6529) e do Amazonas (2199), que representam respectivamente 3,8% e 2,4% da população total dos estados. A maioria correspondia a europeus, destacando-se portugueses, espanhóis, franceses, ingleses, alemães, italianos e austríacos. Das Américas o censo registra principalmente argentinos, bolivianos, norte-americanos, paraguaios e peruanos.

Mais tarde, no início do século XX, chegaram os turco-árabes ou turco-asiáticos, denominações usadas para identificar os sírios e os libaneses; e ainda mais tarde, no final da década de 1920, noutra conjuntura econômica, chegaram à Amazônia os japoneses, segmento que já havia aportado em São Paulo, em 1908.

Tomando como principal referência teórica os trabalhos do argelino Abdelmalek Sayad, a autora analisa o fenômeno migratório como um fato social que envolve, na sua totalidade, duas sociedades, a de partida e a de chegada, e que insere o retorno, concreto ou desejado, como um

importante definidor do processo. Envolve também a especificidade dos grupos que se inserem na condição de ‘outro’ numa realidade social com traços culturais diversos daqueles característicos de sua identidade individual e social.

Nesse sentido, e seguindo os postulados de Sayad, a migração é analisada aqui como um movimento que comporta a emigração (e a qualidade de emigrante) e a imigração (e a condição de imigrante) na sua dupla dimensão: de fato coletivo e de itinerário individual.

Foram cinco os maiores fluxos de migrantes internacionais que se dirigiram para a Amazônia brasileira durante o período considerado (1850-1950): portugueses, italianos, espanhóis, sírio-libaneses e japoneses. O livro é um minucioso estudo de cada um desses cinco fluxos que se dirigiram para a Amazônia ao longo de um século. Para cada grupo considerado são analisadas suas particularidades, o perfil sociodemográfico dos indivíduos participantes, e, principalmente, sua contribuição econômica, cultural, social e política para a formação histórica da região, concluindo com um relevante estudo comparativo dos cinco grupos.

Segundo a autora, esses cinco segmentos migratórios foram selecionados, não somente por serem os mais numerosos, mas também pela sua relevância na economia e na sociedade amazônica, e pela sua participação na composição demográfica e